

Sinopse curricular

Dados pessoais:

Nome — João Viegas Vilhete d'Abreu;
Data de nascimento — 8 de Maio de 1957.

Referências relevantes:

Director do Centro de Informática da Assembleia da República, desde Janeiro de 2003;
Chefe da Divisão de Informação Legislativa e Parlamentar da Assembleia da República (2000-2002);
Docente universitário no Instituto Superior de Gestão (ISG), desde 1990-1991;
Coordenador do Grupo de Trabalho de Tecnologias de Informação do Centro Europeu de Pesquisa e Desenvolvimento Parlamentar (CERDP), desde Outubro de 2005;
Correspondente do CERDP na Assembleia da República (2002-2005).

Habilitações académicas:

Curso de alta direcção em Gestão de Sistemas de Informação, na Universidade Técnica de Lisboa — Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG), Setembro de 2004;
Mestrado em Ciências Empresariais, especialidade de Sistemas de Informação para Gestão, ISCTE, 1992;
Licenciatura em Organização e Gestão de Empresas, ISCTE, 1989.

Despacho n.º 1821/2006 (2.ª série). — Por despacho de 22 de Dezembro de 2005 do Presidente da Assembleia da República:

Licenciado João José da Costa Santos Gil — nomeado, em comissão de serviço, no cargo de director do Centro de Formação Parlamentar e Interparlamentar da Assembleia da República, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2006.

10 de Janeiro de 2006. — A Secretária-Geral, *Adelina Sá Carvalho*.

Sinopse curricular

Nome — João José da Costa Santos Gil.

Data de nascimento — 21 de Maio de 1955.

Estado civil — casado, um filho.

Nacionalidade/naturalidade — portuguesa/Lisboa.

Categoria profissional — assessor principal da carreira de gestão e Administração Pública, 5.º escalão, do quadro de pessoal da Assembleia da República.

Formação académica — licenciatura em Sociologia pelo ISCTE, concluída em 1980, com a classificação final de 15 valores (*Bom*).

Formação profissional — frequência de acções de formação profissional em organismos públicos e privados, principalmente na área da gestão dos recursos humanos.

Ingresso no quadro de pessoal da Assembleia da República — Junho de 1977.

Funções desempenhadas na Assembleia da República (mais relevantes) — redactor do *Diário da Assembleia da República*. Técnico superior no Núcleo de Formação Permanente, na Divisão de Administração de Pessoal/Recursos Humanos e Administração e no Centro de Formação Parlamentar e Interparlamentar.

Funções dirigentes — coordenador do Núcleo de Formação Permanente, entre Julho de 1984 e Julho de 1988. Chefe da Divisão de Administração de Pessoal/Recursos Humanos e Administração, entre Novembro de 1989 a Setembro de 1996.

Outras funções na Assembleia da República (mais relevantes) — membro do conselho administrativo em representação dos funcionários parlamentares. Membro de júris de concurso. Coordenador e membro de diversos grupos de trabalho relacionados com o Estatuto Jurídico dos Funcionários Parlamentares. Membro de várias comissões paritárias. Presidente do Sindicato dos Funcionários Parlamentares. Formador e organizador de acções de formação.

Outras funções fora da Assembleia da República (mais relevantes) — funções, no cumprimento do serviço militar, no Centro Psicotécnico da Força Aérea e na Comissão de Extinção da PIDE/DGS. Técnico superior na Comissão de Coordenação da Região do Algarve. Formador em organismos públicos e privados. Consultor da União Europeia, em 2004, como cooperante, através da empresa privada SNEDE, na República de Angola — apoio institucional à Assembleia Nacional de Angola na área da gestão da formação/gestão de recursos humanos.

Despacho n.º 1822/2006 (2.ª série). — Por despacho de 22 de Dezembro de 2005 do Presidente da Assembleia da República:

Licenciada Isabel Maria Graça Pereira — nomeada, em comissão de serviço, no cargo de chefe da Divisão de Apoio ao Plenário da Assembleia da República, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2006.

10 de Janeiro de 2006. — A Secretária-Geral, *Adelina Sá Carvalho*.

Sinopse curricular

Dados pessoais:

Nome — Isabel Maria Graça Pereira;
Data de nascimento — 1 de Julho de 1958;
Naturalidade — Angola.

Habilitações literárias — licenciatura em Direito, na menção de Ciências Jurídico-Económicas, pela Universidade Clássica de Lisboa (1982).

Actividade profissional:

Estágio da advocacia — de 22 de Novembro de 1982 a 22 de Maio de 1984;

Exercício da advocacia — de 1984 a 1988;

Redactora da Divisão de Redacção da Assembleia da República, de Junho de 1984 a Março de 1986, e da Divisão de Apoio às Comissões, de Março de 1986 a Maio de 1987;

Técnica superior jurista a exercer funções na Comissão Nacional de Eleições, de Maio de 1987 a Maio de 1999, onde participa, em co-autoria, na obra *Dicionário de Legislação Eleitoral*, edição da Comissão Nacional de Eleições, 1995, e na elaboração do Regulamento de Conservação Arquivística da Comissão Nacional de Eleições, aprovado pela Portaria n.º 485/92, de 11 de Junho;

Colocada na Divisão de Apoio ao Plenário desde Maio de 1997 até à presente data;

Nomeada assessora parlamentar da área jurídica em Setembro de 2001;

Nomeada assessora parlamentar principal em Maio de 2005; Acompanhamento e participação na cooperação interparlamentar;

Nomeada, desde Julho de 2002, membro da equipa de projecto «A escola e a Assembleia», através do despacho do PAR n.º 24/IX, de 30 de Julho de 2002, no seguimento da Resolução da Assembleia da República n.º 59/2000;

Nomeada chefe de divisão em substituição de 1 de Setembro a 31 de Dezembro de 2005.

Despacho n.º 1823/2006 (2.ª série). — Por despacho de 22 de Dezembro de 2005 do Presidente da Assembleia da República:

Licenciada Cláudia Cristina Martins Ribeiro Diogo — nomeada, em comissão de serviço, no cargo de chefe da Divisão de Apoio às Comissões da Assembleia da República, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2006.

10 de Janeiro de 2006. — A Secretária-Geral, *Adelina Sá Carvalho*.

Sinopse curricular

1 — Dados pessoais:

Nome — Cláudia Cristina Martins Ribeiro Diogo;
Data de nascimento — 9 de Julho de 1965;
Naturalidade — Évora.

2 — Habilitações:

2.1 — Literárias:

Licenciatura em Direito (1988) — Faculdade de Direito de Lisboa;
Pós-graduação em Estudos Europeus (1989).

2.2 — Profissionais:

Diplomas «First Certificate in English» e «Proficiency in English», do Instituto Britânico em Portugal;
Diplomas do 5.º ano do Instituto Francês e do 2.º grau da Cambridge School;

Curso sobre avaliação do desempenho na Administração Pública (2004);

Curso «CAF — estrutura comum de avaliação dos serviços públicos» (2004);

Curso «Rácios e indicadores para a gestão de recursos humanos» e «Gestão efectiva de recursos humanos por competências» (2005);

Ciclo de conferências «Liderança, métodos e técnicas de gestão de recursos humanos» (2005);
Ciclo de colóquios sobre a qualidade da legislação, realizado na Assembleia da República (2005).

3 — Actividade profissional:

1988 — realização de um estágio, com a duração de três meses, no IGAPHE (Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado), na Secção de Arrendamento e Propriedade Resolúvel;
1989-1990 — estágio de advocacia no Conselho Distrital de Lisboa da Ordem dos Advogados e em sociedade de advogados, de Setembro de 1988 a 20 de Junho de 1990, e prestação de consultoria jurídica no Gabinete de Consulta Jurídica da Ordem dos Advogados;
1990-1991 — jurista do Gabinete de Recursos Humanos e Organização do LNEC (Laboratório Nacional de Engenharia Civil), de Fevereiro a Julho de 1990;
Julho de 1990 a Setembro de 1991 — secretária-geral de uma associação empresarial (APIMINERAL — Associação Portuguesa da Indústria Mineral);
Consultora jurídica de empresas da indústria extractiva (COMINALTA e Cimpor Betão);
Monitora de direito do trabalho, direito comercial e direito comunitário, de 1989 a 1991, em várias acções de formação profissional;
Setembro de 1991 a Março de 2004 — precedendo concurso público, nomeada técnica superior jurista de 2.ª classe do quadro de pessoal da Assembleia da República, tendo passado a desempenhar funções no Gabinete de Apoio Técnico, prestando apoio técnico a várias comissões parlamentares. Participação em vários estudos e trabalhos avulsos (com alguns artigos publicados) e em sessões organizadas na área da cooperação interparlamentar; formadora em diversas acções internas e externas na área do processo legislativo parlamentar, comissões parlamentares e competências do Parlamento;
15 de Março de 2004 a Dezembro de 2005 — directora do Centro de Formação Parlamentar e Interparlamentar;
12 de Maio de 2005 — precedendo concurso, nomeada assessora parlamentar principal da área jurídica do quadro de pessoal da Assembleia da República.

Despacho n.º 1824/2006 (2.ª série). — Por despacho de 22 de Dezembro de 2005 do Presidente da Assembleia da República:

Licenciado Domingos Manuel Fonseca de Almeida Machado — nomeado, em comissão de serviço, para o cargo de chefe da Divisão de Protocolo da Assembleia da República, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2006.

10 de Janeiro de 2006. — A Secretária-Geral, *Adelina Sá Carvalho*.

Sinopse curricular

I — Dados pessoais:

Nome — Domingos Manuel Fonseca de Almeida Machado;
Nasceu em Lisboa, em 13 de Agosto de 1949.

II — Habilitações literárias:

Licenciado em História pela Faculdade de Letras da Universidade Clássica de Lisboa, 1975, e pós-graduado em Relações Internacionais, 1979;
Participou em acções de formação nos domínios de relações internacionais, gestão, informática e informação científica e técnica, etc.

III — Actividade profissional:

Iniciou funções públicas em Dezembro de 1972 no Ministério da Educação, Direcção-Geral dos Assuntos Culturais;
Chefe das 5.ª e da 6.ª Secções da Direcção-Geral da Previdência, do Ministério das Corporações e Segurança Social (de Julho de 1973 a Janeiro de 1978);
Técnico superior de 2.ª classe do quadro da Direcção-Geral da Previdência, em funções no Serviço de Documentação e Informação da Secretaria de Estado da Segurança Social (de Maio de 1977 a Abril de 1979);
Técnico superior de 1.ª classe do quadro da Direcção-Geral das Indústrias Transformadoras Ligeiras do Ministério da Indústria e Energia, em funções na Direcção de Serviços de Informação Técnica (de Abril de 1979 a Setembro de 1981);
Técnico superior de 1.ª classe do quadro do Instituto da Cooperação Económica, tutelado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros/Ministério das Finanças;

Exerceu funções diplomáticas junto da Embaixada de Portugal em Bissau, como adido para a cooperação (1989-1993);
Técnico superior principal do quadro do Instituto da Cooperação Portuguesa (10 de Março de 1994);
Chefe de divisão da Direcção de Serviços de Coordenação Geográfica do Instituto da Cooperação Portuguesa (ICP), a que competia o acompanhamento da cooperação empresarial e da cooperação financeira (1994-1996);
Director do Gabinete de Relações Públicas e Internacionais da Assembleia da República (1996-2004), a que competia, de entre outras funções, a dinamização e o apoio das relações externas da Assembleia da República, a prestação de apoio às delegações parlamentares nas organizações internacionais e nas missões oficiais ao estrangeiro, o apoio aos órgãos de comunicação social na sua actividade de informação parlamentar, assegurar o protocolo parlamentar, apoiar e dinamizar a cooperação parlamentar, etc.;
Promovido, por concurso, a assessor do quadro do ICP, em 25 de Junho de 1998;
Assessor principal do quadro do Instituto de Apoio ao Desenvolvimento do Ministério dos Negócios Estrangeiros, em 10 de Março de 2000. Nesta qualidade exerceu, a partir de 1 de Março de 2004, as funções de coordenador geográfico para Moçambique (2004) e para a Guiné-Bissau (2005) na Divisão de Coordenação Geográfica.

Condecorações — oficial da Ordem do Mérito, de Portugal, e da Ordem de Fénix, da Grécia.

Despacho n.º 1825/2006 (2.ª série). — Por despacho de 22 de Dezembro de 2005 do Presidente da Assembleia da República:

Licenciado Fernando Paulo da Silva Gonçalves — nomeado, em comissão de serviço, no cargo de chefe da Divisão de Aprovisionamento e Património da Assembleia da República, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2006.

10 de Janeiro de 2006. — A Secretária-Geral, *Adelina Sá Carvalho*.

Sinopse curricular

Elementos de identificação pessoal

Nome — Fernando Paulo da Silva Gonçalves.
Estado civil — casado.
Data de nascimento — 6 de Janeiro de 1962.
Nacionalidade — portuguesa.

Habilitações literárias

Licenciatura em Direito — Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (1986).
Curso de pós-graduação em Estudos Europeus — Universidade Católica Portuguesa (1992).
Curso de pós-graduação em Ciências Políticas e Internacionais — Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (2004).

Experiência profissional

Assessor jurídico do Gabinete do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea.
Redactor parlamentar do quadro de pessoal da Assembleia da República.
Assessor parlamentar principal (área jurídica) do quadro de pessoal da Assembleia da República, com desempenho de funções, designadamente, no quadro da assessoria às comissões parlamentares.

Habilitações profissionais/formação profissional complementar

Estágio de advocacia e inscrição como advogado.
Frequência de diversos cursos e seminários, designadamente no âmbito do Instituto Nacional de Administração (INA) e da Assembleia da República.
Participação em várias acções de formação e cooperação interparlamentar, designadamente com novos Estados membros da EU e PALOP.

Louvor n.º 39/2006. — A Dr.ª Teresa Monteiro Fernandes cessa no próximo dia 31 o seu mandato como directora dos Serviços Administrativos e Financeiros, concluindo-se, desta forma, um ciclo de nove anos de funções dirigentes, que se iniciaram em 1996 como chefe da Divisão de Aprovisionamento e Património. É-me, assim, grato prestar-lhe público louvor pela sua grande dedicação, competência e empenhamento na defesa do interesse público, bem como pelos contributos que deu no exercício das referidas funções para a ins-